



## **“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

**Eixo temático:** Política Social e Serviço Social

**Sub-eixo:** Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

### **ENSAIO SOBRE COLONIALIDADE E O PROGRESSISMO LATINO-AMERICANO**

VICTOR MARTINS LOPES DE ARAUJO <sup>1</sup>

Resumo: Este trabalho tem como objetivo levantar uma discussão a respeito da dos governos progressistas da América Latina surgidos nos anos 2000. Parte-se nesse artigo do ideal de progresso que permeia ações políticas, econômicas e sociais destes governos. Qual o sentido do progresso buscando e quais suas bases de sustentação teórica. Suscitar um debate acerca do ideal de progresso e modernidade se faz necessário para um projeto de caráter emancipatório para a América Latina.

Palavras-chave: América Latina; Progressismo; Modernidade

Abstract: This work aims to raise a discussion about the progressive governments of Latin America that emerged in the 2000s. This article starts from the ideal of progress that permeates political, economic and social actions of these governments. What is the meaning of progress seeking and what are its theoretical support bases. Raising a debate about the ideal of progress and modernity is necessary for an emancipatory project for Latin America.

Keywords: Latin America; Progressivism; Modernity

### **INRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Juiz De Fora

---

Existem diversas vertentes do pensamento crítico que se ocuparam em tratar das relações contraditórias de poder, de exploração, de preconceito racial, subalternização entre os povos do centro e periferia. O pensamento pós-colonial e decolonial são expressões, diferentes – não trataremos aqui objetivamente de cada uma, mas é importante ressaltar a diferença -, da necessidade de se problematizar os fundamentos e as formas de opressão e dominação dos povos, seja em seus corpos, seja em suas mentes.

A escola de pensamento decolonial conta com a colaboração de autores como Aníbal Quijano, Walter D Mignolo, Enrique Dussel, Edgardo Lander, dentre outros. Partiremos, nesse artigo, de alguns debates levantados por alguns desses autores.

Para Lander (2007), é possível identificar no pensamento social latino-americano hegemônico um substrato colonial que se expressa na leitura das sociedades latino-americanas a partir de uma cosmovisão europeia e seu propósito de transformá-las à imagem e semelhança das sociedades do norte. Para o pensador venezuelano, as formas hegemônicas, quanto se tratando do conhecimento das sociedades latino-americanas, operam como eficazes artefatos de legitimação e naturalização da hierarquização e exclusão social que prevaleceu historicamente nestas sociedades. É preciso desconstruir esse imaginário colonial-eurocêntrico. Afirma Lander:

A descolonização do imaginário e a *desuniversalização* das formas coloniais do saber aparecem como condições de toda transformação democrática radical destas sociedades (Lander, 2007, p. 223).

Nesse sentido, são vários os eixos de questionamento aos saberes hegemônicos, inclusive temas cruciais a compreensão das sociedades contemporâneas, especialmente as dos países periféricos. Como, por exemplo, a polêmica sobre a origem e traços essenciais da modernidade e as relações entre modernidade e ordem colonial (Lander, 2007). Sobre a polêmica, Walter Mignolo (2017) também diz:

A tese básica – no universo específico do discurso tal como foi especificado – é a seguinte: a “modernidade” é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a

Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a “colonialidade”. A colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade (MIGNOLO, 2017, p. 2).

O que está posto, no debate que traçamos até aqui, acerca do ideal de progresso, é a repetição de uma narrativa histórica que influencia não somente os aspectos identitários dos povos latino-americanos, mas também a cultura e a epistemologia. O ideal europeu submete os povos latino-americanos a uma narrativa que os exclui da ideia de modernidade, e os subjuga, colocando-os na imaturidade, no atraso. Mais do que isso, o ideal de progresso centrado na crença que o desenvolvimento das forças produtivas, o progresso técnico-científico, levaria ao desenvolvimento humano a sua máxima potencialidades permeia tanto o pensamento liberal quanto boa parte do pensamento socialista do século XX e chega até a orientação dos governos progressistas dos anos 2000.

A história nos mostra que o longo processo de lutas populares no América Latina, desaguou nos anos 2000 em um ciclo de pleitos eleitorais que colocou a frente de governos do continente, lideranças políticas eleitas com maciço apoio das camadas populares mais afetadas pela contrarreforma neoliberal. Alternativas surgiram, umas mais radicais, outras mais afirmadas numa perspectiva reformista, cada uma delas com bases ideológicas diferentes e, em alguns casos, divergentes (CASTELO, 2010).

No cenário em questão, o processo político trouxe figuras que representavam, pelo menos no momento de suas eleições, uma alternativa para a esquerda na América Latina (SADER, 2009). É possível observar essa “onda progressista” sendo construído com a vitória de Chavez na Venezuela, ainda na década de 1990, em seguida com a eleição de Lula e a era dos governos PT no Brasil, dos Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia, Tabaré Vazquez e José Mujica no Uruguai, Fernando Lugo no Paraguai, Rafael Correa no Equador. É possível ainda acrescentar o Chile, com a coalização que elegeu Lagos e depois Bachelet. Assim, mantemos fora dessa análise somente Peru e Colômbia onde a alternância política pendeu para a direita (Dos Santos, 2018).

A heterogeneidade de projetos “progressistas” estabelecidos nos diferentes países latino-americanos onde organizações autodefinidas de esquerda alcançaram o poder tem a sua origem nos roteiros políticos através dos quais se ganhou a eleição. Não são iguais os processos de Bolívia e Venezuela aos do Brasil e Uruguai, nem o do Equador e Argentina como o da Nicarágua (MACHADO e ZIBECHI, 2017, p; 74)

Apesar das diferenças marcantes, convencionou-se chamar a esse momento histórico de “ciclo progressista” da América Latina ou “onda progressista” sul-americana, onde a expressão alude à sucessão de governantes identificados com a esquerda, eleitos em reação ao neoliberalismo em anos recentes na América do Sul. Nesse sentido, o “Progressismo” a que nos referimos pode ser tomando quanto ao lugar na história ocupado pela ascensão de governos oriundos de tradicionais partidos de esquerda ou de alianças populares, que tomou lugar na América do Sul ao final dos anos 1990 e início dos anos 2000.

Assim, é sobre esse movimento histórico no continente latino-americano que nos debruçamos, elucidando sua verdadeira significação para a luta de classes na América Latina e seu postulado teórico. Ou seja, como esses governos se apresentaram com uma alternativa progressista, revelando estratégias reformistas, mais ou menos radicais, bem como um projeto de “modernização” para a América Latina. Assim, poderemos observar também a maneira as Políticas Sociais ocuparam o lugar de destaque nas estratégias progressistas desse momento. Posto que, apesar de diferenças fundamentais entre as experiências progressistas do continente, a importância das Políticas Sociais é algo comum às estratégias do período, especialmente aquelas políticas de enfrentamento a pobreza e/ou desigualdade

## **DESENVOLVIMENTO**

Para adentrar no debate supracitado, Lander (2007) utiliza a análise de Dussel (2005), que buscou em alguma medida desmontar o mito eurocêntrico da modernidade, afirmando, em sua tese central, que seria necessário reconhecer a

existência de dois conceitos de modernidade. Afirma Dussel:

Com efeito, há dois conceitos de "Modernidade". O primeiro deles é eurocêntrico, provinciano, regional. A modernidade é uma emancipação, uma "saída" da imaturidade por um esforço da razão como processo crítico, que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano. Este processo ocorreria na Europa, essencialmente no século XVIII. O tempo e o espaço deste fenômeno são descritos por Hegel e comentados por Habermas (1988: 27) em sua conhecida obra sobre o tema –e são unanimemente aceitos por toda a tradição europeia atual: Os acontecimentos históricos essenciais para a implantação do princípio da subjetividade [moderna] são a Reforma, a Ilustração e a Revolução Francesa. [...] Chamamos a esta visão de "eurocêntrica" porque indica como pontos de partida da "Modernidade" fenômenos intra-europeus, e seu desenvolvimento posterior necessita unicamente da Europa para explicar o processo (DUSSEL, 2005, p.28).

Em contraposição a esse ideal de Modernidade<sup>2</sup>, "eurocentrada", Dussel (2005) propõe uma outra visão do conceito.

Propomos uma segunda visão da "Modernidade", num sentido mundial, e consistiria em definir como determinação fundamental do mundo moderno o fato de ser (seus Estados, exércitos, economia, filosofia, etc.) "centro" da História Mundial. Ou seja, empiricamente nunca houve História Mundial até 1492 (como data de início da operação do "Sistema-mundo"). Antes dessa data, os impérios ou sistemas culturais coexistiam entre si. Apenas com a expansão portuguesa desde o século XV, que atinge o extremo oriente no século XVI, e com o descobrimento da América hispânica, todo o planeta se torna o "lugar" de "uma só" História Mundial [...]. Para nós, a "centralidade" da Europa Latina na História Mundial é o determinante fundamental da Modernidade. Os demais determinantes vão correndo em torno dele (a subjetividade constituinte, a propriedade privada, a liberdade contratual, etc.) são o resultado de um século e meio de "Modernidade": são efeito, e não ponto de partida [...] (DUSSEL, 2005, p.29).

O que o autor propõe então, outra interpretação da modernidade,

O ano de 1942, segundo nossa tese central, é a data do "nascimento" da Modernidade, embora sua gestação - como o feto - leve um tempo de crescimento intrauterino. A modernidade originou-se nas cidades europeias medievais, livres, centros de enorme criatividade. Mas "nasceu" quando a Europa pôde se confrontar com o seu "outro" e controlá-lo, vence-lo, violenta-lo: quando pode se definir como um "ego" descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade constitutiva da própria Modernidade. De qualquer maneira, esse Outro não foi "descoberto" como Outro,

---

2 A modernidade constituiu-se numa programática de natureza sociocultural, inspirada no projeto da Ilustração. Este se configurou no marco do chamado "século das luzes" e consistiu no que podemos chamar de um episódio do Iluminismo, enquanto um dos projetos de caráter macroscópico para o ocidente, que buscava um novo sentido de homem e de humanidade. A Ilustração pautou-se na perspectiva iluminista, cuja característica central é a existência de uma dimensão racional, pois é somente pela via da razão que se pode entender e intervir sobre a vida social. É neste sentido que para o pensamento moderno, o mundo em seus espectros – natural e social, não é um caos (é importante sinalizar que tal perspectiva não é homogênea entre os ilustrados), mas um sistema que possui conexões causais – causalidades. O mundo, portanto, é um sistema (que não é casual ou aleatório), regido por leis que lhe são imanentes, como por exemplo, as leis da física. Tal legalidade não depende nem do conhecimento, nem tão pouco da pura ação dos homens. É possível a estes, sim, através do pensamento científico, reproduzir idealmente tais leis e delas se apropriar em seu benefício. O conhecimento racional deve ser, portanto, passível de crítica, argumentação e revisão, bem como comunicável a outrem (GRAVE ORTIZ, 2007, p.8).

mas foi "en-coberto" como o "si-mesmo" que a Europa já era desde sempre. (DUSSEL, 2005, p.8)

Esta outra compreensão da modernidade proposta por Dussel, afirma que esta não pode se resumir ao contexto europeu, suas descobertas e revoluções. É necessário associar estes fundamentos históricos intra-europeus, com o processo de exploração, opressão e colonização que se deu junto aos países não-europeus, assim como a supressão e tentativa de fazer desaparecer, por vias violentas, qualquer outra alternativa sociocultural não europeia, não branca, o que autor vai tratar como o "encobrimento do outro".

A crítica que se encontra no autor consiste na desconstrução do "Mito da Modernidade" como um conceito emancipador, e que traz um si um sentido evolucionista, etnocêntrico. Para mostrar seu ponto de reflexão, Dussel suscita o pensamento clássico alemão, vejamos por exemplo:

A história universal vai do Oriente para o Ocidente. A Europa é absolutamente o fim da história universal... A história é disciplina da indômita vontade natural dirigida para universalidade e a liberdade subjetiva (HEGEL apud DUSSEL, 1993, p.17)

O Espírito germânico é o Espírito do Novo Mundo, cujo fim é a realização da verdade absoluta como autodeterminação infinita da liberdade, que tem por conteúdo sua própria forma absoluta. O princípio do Império germânico deve ser ajustado ao modelo cristão. O destino dos povos germânicos é fornecer os portadores do Princípio cristão (HEGEL apud DUSSEL, 1993, p.21)

E também Kant,

A ilustração é a saída por si mesma da humanidade de um estado de imaturidade culpável... A preguiça e a covardia são as causas pelas quais grande parte da humanidade permanece prazerosamente nesse estado de imaturidade (KANT apud DUSSEL, 1993, p.17)

Para Dussel (1993) a soberba europeia se mostra claramente na construção do mito da modernidade. A Ásia fica limitada a um papel introdutório, infantil, no desenvolvimento da história mundial. Já América Latina e África ficam excluídas da história, como povos bárbaros, imaturos. O que justificara, para alguns, a conquista, a colonização, a violência que seria necessária para o progresso.

A formulação de Dussel consiste em realizar uma crítica ao mito civilizatório da "Modernidade" "eurocêntrica", um ponto necessário para que se reconheça a

injustiça da práxis sacrificial fora da Europa (e mesmo na própria Europa) – uma práxis irracional de violência – e, então, poder igualmente superar a limitação essencial da “razão emancipadora” da “Modernidade”. Portanto, quando se supera a razão emancipadora como “razão libertadora”, quando se descobre o “eurocentrismo” da razão ilustrada, é possível desvendar a “falácia desenvolvimentista<sup>3</sup>” do processo de modernização hegemônico.

Nesse sentido, para Svampa (2010) durante os séculos XVIII e XIX no calor de diferentes revoluções políticas e econômicas, uma noção de progresso e civilização se erigiram sob ideais que foram moldando uma determinada cosmovisão acerca da modernidade, configurando um espaço comum de representações e crenças. Esta compreensão de progresso moldaria não só a ideologia das classes dominantes bem como o ideal emancipador da classe trabalhadora.

Esses ideais tiveram grande penetração nos países latino-americanos, onde a obsessão para alcançar o progresso e a modernidade era associada a exigência de erradicar a "barbárie" americana, isto é, o modo de vida da população autóctone e seus males endêmicos. Ou seja, a América Latina, atrasada, precisaria se desenvolver, observado, especialmente, os processos europeus. Isso significa ser necessário eliminar os modos de vida tradicionais, erradicar a barbárie dos povos originários. O desenvolvimento do continente precisa se espelhar nos fundamentos civilizatórios próprios do desenvolvimento do capital, no espaço europeu.

Assim, para a Svampa (2010), a ideia de progresso se associa à concepção de "desenvolvimento", que se converteu em um conceito fundamental para o pensamento social latino-americano. Desde as formulações cepalinas<sup>4</sup>, o problema da América Latina é o problema do "desenvolvimento", dando conta de um problema

---

3 De maneira sintética, poder-se-ia caracterizar o desenvolvimentismo como sendo o projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento e decidido apoio estatal (Bielschowsky, 1996, p.33). Ou seja, uma ideologia econômica que sustentava o projeto de industrialização integral, com participação do Estado como forma de superar o atraso e a pobreza dos países subdesenvolvidos (MOTA, 2012, p.1)

4A questão fundamental a ser colocada se refere à pergunta: o que é Cepal? Fundamentalmente, trata-se de uma agência de difusão da teoria do desenvolvimento surgida no Estados Unidos e na Europa ao final da Segunda Guerra Mundial. Essa teoria tinha, então, um propósito definido: responder à inquietude e à inconformidade manifestada pelas novas nações que emergiam para a vida independente, a partir dos processos de descolonização, ao se darem conta das enormes desigualdades que caracterizavam as relações econômicas internacionais (MARINI, 2010, p.104)

na estrutura econômica, associada à divisão internacional do trabalho<sup>5</sup>.

Nas últimas décadas, o cenário tem mudado ostensivamente com a crise da modernidade, diz Svampa (2010), com uma crescente crítica ao "desenvolvimento" como relato homogeneizador, foi sendo criado um espaço para manifestação de diferentes concepções políticas e filosóficas. Essas concepções abarcam desde aqueles que rechaçam o Estado com agente modernizador até aqueles que promovem uma revisão do paradigma do "progresso" e da "modernização".

Todavia, o crescimento econômico, alcançado pelos governos de esquerda e centro-esquerda dos anos 2000, inserido num novo marco de acumulação, a América Latina parece ter retomado o mito que alimenta a ilusão desenvolvimentista. Graças ao boom econômico possibilitado pela alta dos preços das matérias primas e a crescente demanda vinda da Ásia, seria, mais uma vez, possível encurtar rapidamente a distância com os países "industrializados" e enfim alcançar o prometido desenvolvimento sempre prometido e nunca realizado (SVAMPA, 2010).

Svampa (2013) argumenta que é claro que a exportação de matérias primas não são atividades novas na América Latina, contudo, nos últimos anos do século XX um novo contexto de acumulação intensificou a exploração de matérias primas, através de mega projetos para o controle, exploração e exportação de bens naturais. Ao que denomina de "Consenso de Commodities", sustentando pelo boom dos preços internacionais das matérias primas e bens de consumo, cada vez mais demandados por países centrais e potências emergentes. Movimento que gera vantagens comparativas inquestionáveis para o crescimento econômico e reservas monetárias, mas ao mesmo tempo, produz novas assimetrias e profundas desigualdades.

Do ponto de vista, da lógica de acumulação, Svampa (2013) afirma que o "Consenso de Commodities" leva ao aprofundamento da dinâmica de

---

5 Segundo o pensamento clássico da Cepal, a tendência a deteriorização dos termos de troca, desde 1870, implicaria transferências de renda da periferia do sistema capitalista em direção ao centro da economia mundial. Segundo o diagnóstico desse pensamento, os países industrializados possuiriam um setor secundário importante e uma demanda dinâmica de trabalho, o que proporcionaria uma tendência a aumentos salariais e incentivos à tecnologia poupadora de trabalho. Essa incorporação de progresso técnico não levaria à redução dos preços, o que explicaria a deteriorização dos termos de troca. Por outro lado, os países periféricos apresentariam um baixo desenvolvimento do setor industrial e não seriam capazes de produzir tecnologia, levando a uma dinâmica econômica de reduzida produtividade e baixa oferta de empregos. O resultado seria o alto desemprego e a redução dos salários. A permanência da divisão internacional do trabalho, calcada na hipótese das vantagens comparativas, só aprofundaria a brecha entre as economias centrais e as periféricas, perpetuando o subdesenvolvimento das últimas (CARCANHOLO, 2010, p. 120)

desapossamento de terras, recursos e territórios e produz novas formas de dependência e dominação. Em vistas dessa perspectiva produtivista de desenvolvimento, se desqualifica outras lógicas de valorização dos territórios, que são considerados áreas de sacrifício, para um “progresso seletivo”.

Para a autora, a literatura crítica latino-americana considera que o resultado desses processos consolida um estilo de desenvolvimento neoextractivista, que pode ser definido como aquele padrão de acumulação baseado na superexploração de recursos naturais, em grande parte não renováveis, assim como a expansão das fronteiras sobre territórios considerados improdutivos pelo capital.

É importante, ressaltar que essa expressão do “Consenso de Commodities” adotado por Svampa (2017) conduz a um debate que não é só econômico, mas político-ideológico, pois alude a um acordo tácito que compromete as experiências mais “progressistas” do continente, os casos mais contraditórios seriam Bolívia e Equador, por exemplo. Esse “consenso” demonstraria um horizonte histórico-compreensivo limitado, a respeito de produção de alternativas ao desenvolvimento latino-americano. A aceitação de tal “Consenso de Commodities” contribuir para instalar uma ideia de que não existe alternativa ao estilo de desenvolvimento extrativista. E qualquer crítica a tal modelo cairia em um discurso utópico, no campo da anti-modernidade ou simplesmente irracional e de um fundamentalismo ecologista.

Nesse sentido Svampa (2011) fala ainda, de uma ilusão desenvolvimentista que na última década acompanhou os governos progressistas no continente, e que afeta diretamente a questão ambiental e leva ao chamado neoextrativismo. Assim, graças ao superávit fiscal e as altas taxas de crescimento anual, em grande medida ligados a exportação de produtos primários, apontam para um discurso triunfalista, uma via especificamente latino-americana.

Un de las consecuencias de la inflexión extractivista ha sido la explosión de conflictos socio ambientales, visibles en la potenciación de las luchas ancestrales por la tierra, de la mano de los movimientos indígenas y campesinos, así como en el surgimiento de nuevas formas de movilización y participación ciudadana, centradas en la defensa de los recursos naturales [...] (SVAMPA, 2011, p. 413)

Gudynas (2010), assim com Svamapa (2011), afirmam que este novo extrativismo, “progressista”, se mantém por estilo de desenvolvimento baseado na apropriação da natureza, que alimenta uma rede produtiva escassamente diversificada e muito dependente de uma inserção internacional como provedor de matérias primas. E que ainda que esses governos progressistas busquem uma maior legitimação por meio da redistribuição de alguns dos excedentes gerados por esse extrativismo, de todo modo, se repetem os impactos negativos sociais e ambientais.

[...] a pesar de los profundos cambios políticos continentales hacia la izquierda, los sectores extractivistas mantienen su importancia y son uno de los pilares de las estrategias de desarrollo actuales. En efecto, desde la Venezuela de Hugo Chávez al moderado Lula da Silva em Brasil, persiste la apuesta a sectores como minería y petróleo. (GUDYNAS, 2010, p. 190)

Segundo o autor, se pode observar um aumento do extrativismo no momento dos governos progressistas, e, o que melhor caracterizaria esse neoextrativismo, é o papel do Estado, que possui um papel mais ativo, com regras mais claras e não necessariamente orientada a servir os amigos do poder político. Em alguns casos os governos renegociaram contratos, aumentaram impostos sobre o setor e potencializaram suas empresas públicas. Esta característica talvez seja o aspecto mais distinto nesse neoextrativismo, especialmente na Bolívia, Equador e Venezuela. Por um lado, o papel efetivo do Estado, onde os governos têm mais opções e ferramentas para captar parte da riqueza que geram os setores extrativistas. E por outro, os governos progressistas usam essa riqueza capturada para financiar diversos programas sociais, geralmente orientado para os mais pobres (Gudynas, 2010, p.208)<sup>6</sup>.

Para Gudynas (2010) os governos progressistas valorizaram positivamente a exportação de matérias primas. Seu aumento exponencial é visto como um êxito, num discurso que aponta para a globalização e a competitividades desses Estados

---

<sup>6</sup> Machado e Zibechi (2017) trazem interessante contribuição para pensar o Progressismo. Ao lhe analisar, falam de quatro fatores em comum a esse espectro: fortalecimento/reposicionamento do Estado; a aplicação de políticas compensatórias com eixo das novas governabilidades; o modelo extrativo de produção e exportação de commodities como base da economia e a realização de grandes obras de infraestrutura. Todavia, o processo que atravessa todos os governos é papel central outorgado ao Estado pelas forças de mudança e dos governos eleitos, tido – erroneamente – como uma ferramenta neutra, podendo ser utilizada para diversos objetivos.

nacionais, e como um remédio para o enfrentamento da crise mundial. O que, de fato, demonstra que esse neo-extrativismo é funcional à globalização comercial – financeira e mantém a inserção internacional subordinada da América Latina. Todavia, os governos progressistas se utilizaram do momento de valorização das commodities para se legitimarem politicamente, propondo o extrativismo como um motor fundamental do crescimento econômico e como uma chave para o enfrentamento da pobreza.

Como afirmam Zibechi e Machado (2017) a defesa progressista de “mais Estado” e do aumento do gasto social é expressão da retórica antineoliberal que marca esse tipo de progressismo que não realizam reformas estruturais e aprofundam o projeto extrativo exportador apoiado no extrativismo de recursos não renováveis (minério e hidrocarburos) e na exportação de commodities (soja, milho, carne).

Mesmo aquela experiência considerada mais radical, a saber o caso venezuelano não escapa a esta abordagem. Conforme aborda (Bravo, 2020), as principais críticas ao modelo econômico feitas pelo governo de Chávez nos primeiros anos da viragem estiveram ligadas a dois grandes grupos de problemas que, segundo sua perspectiva, se entrelaçavam. Por um lado, apontava-se a condição da economia venezuelana, monoprodutora e dependente do petróleo, que atrasava o desenvolvimento do país. Por outro lado, aludia-se à concentração de riqueza e à geração de miséria e pobreza como consequências desse “modelo” descrito como capitalista. Nesse sentido, as medidas propostas pelo chavismo apontaram com problemas a serem enfrentados a forma de reprodução do capital na economia venezuelana e a distribuição da riqueza capitalista, sem afetar os seus fundamentos (BRAVO, 2020, p.73)

Segundo nos mostra Bravo (2020) é possível observar que o capital era concebido pelo governo Chavez como riqueza “neutra”, que modificando a sua distribuição e orientação, poderia contribuir para uma distribuição diferente da riqueza na sociedade. O “bom uso” do capital dependia da disposição dos atores envolvidos na produção de orientar as empresas para o “serviço” e o “desenvolvimento” do país. Portanto, o bom uso não se limitava ao setor da

chamada “economia social”; ele poderia ser realizado pelo Estado e por outros atores do setor privado que desejassem adotar um comportamento. Cabendo ao Estado promover o “bom uso” e as “novas relações” nos diferentes setores da economia.

Neste contexto, onde existia o objetivo de humanizar as relações do capital, modificando sua orientação e distribuição, mantendo as características fundamentais da produção, foram adotadas medidas complementares de distribuição de renda para a população, como as transferências por meio das políticas sociais e a fixação de salários e rendas mínimas. A política social se apoiaria numa maior captura de receitas do petróleo pelo Estado, devido aos preços mundiais.

Miriam Lang (2016) indo na mesma direção argumenta:

Em princípio, o desenvolvimento é um processo natural: as plantas, os animais e os humanos nos desenvolvemos a partir de uma semente, um ovo, um embrião, até alcançarmos a maturidade. Na Natureza, é um processo cíclico. Esse processo natural serviu de inspiração ao presidente dos Estados Unidos Harry Truman, que, em seu discurso de posse, em 1949, lançou ao mundo o binômio “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”, entendidos a partir de então como descrição do estado de uma economia ou sociedade. De acordo com esse significado, o desenvolvimento implica um processo linear e ilimitado (LANG, 2016, p.25).

Argumenta a autora que durante todo o século XX era difícil que alguém se opusesse a ideia de “Progresso”. Mesmo no campo das esquerdas, a influência das orientações soviéticas traçava o marco do “desenvolvimento das forças produtivas”. No entanto, afirma Lang (2016), há múltiplas razões para se desfazer do “desenvolvimento” como referencial positivo. Em retrospectiva, sabemos que tem sido uma promessa enganosa para a grande maioria da população de regiões do Sul geopolítico, posto que a chamada “cooperação ao desenvolvimento” transfere muito mais recursos do Sul para o Norte do que vice-versa. E Ainda se oculta que tal modo de vida apresentado como ideal só é possível por causa das relações coloniais – históricas e atuais.

A constatação não pode ser diferente,

[...] a solução não radica em um “desenvolvimento” diferente, sustentável, equitativo, inclusivo: porque a própria noção de “desenvolvimento” – se a olharmos a partir dos fatos gerados – contradiz os conceitos de sustentabilidade, de equidade, de inclusão. É uma grande máquina de expansão do modo de produção, distribuição e consumo capitalista, associada com os imaginários de acumulação de bens

materiais como horizonte de boa vida. Portanto, não se trata de apostar em “desenvolvimentos” alternativos, e sim de construir alternativas ao desenvolvimento (LANG, p.31, 2016)

Nessa direção, a autora aponta para as experiências Latino-americanas da última década, com notório otimismo, considerando que a América Latina atravessou nos últimos quinze anos uma “conjuntura muito especial no contexto global”. Enquanto em outras partes do mundo o neoliberalismo regia de forma rigorosa com seus dogmas de austeridade, redução do Estado, privatizações, em nosso continente houve um período de “hegemonia progressista”.

Lang (2016), entende que, depois de um ciclo de lutas sociais poderosas, chegaram ao governo algumas forças políticas com “programas transformadores” – a saber, Bolívia, Equador e Venezuela –, que pretendiam superar o neoliberalismo e recuperar um Estado regulador, constituindo a região com o um laboratório de alternativas. Nesse sentido, estes governos levaram a alcunha de progressistas, ou delimitavam uma “onda progressista” ou um “ciclo progressista” – voltaremos nesse debate mais adiante.

Processos constituintes em três países – Bolívia, Equador e Venezuela – levaram ao que tem sido chamado de “neoconstitucionalismo transformador”. Com os Direitos da Natureza, o Bem Viver como princípio regente em vez do “desenvolvimento”, o reconhecimento da diversidade cultural e, inclusive, a plurinacionalidade, as Constituições, elaboradas com muita participação de todos os setores sociais, buscam assentar as bases para uma sociedade diferente (LANG, p.32, 2016).

No entanto, conforme reconhece a autora, desde o princípio, os governos progressistas latino-americanos apostaram, na prática, no neodesenvolvimentismo e aprofundaram o modelo extrativista. Não se utilizando de uma conjuntura excepcional para promover as alternativas ao desenvolvimento

Dessa maneira, os governos – de qualquer tendência ideológica – acabaram promovendo não as alternativas, mas sim precisamente o “desenvolvimento” capitalista/moderno/ocidental, e, no caso dos progressismos, um modelo de gestão da mudança que colocava o Estado no centro da ação e desativava a sociedade. Com isso, reforçaram uma cultura política paternalista e patriarcal, instalada na América Latina desde a Colônia (LANG, 2016).

Sampaio Jr. (2012), afirma que as formulações dos economistas que acreditam na hegemonia do neodesenvolvimentismo têm como ponto de partida o

pressuposto de que o crescimento constrói a chave para o enfrentamento das desigualdades sociais, e os crente no novo desenvolvimentismo buscam na verdade uma terceira via, que evita aquilo que consideram como o grave empecilho do neoliberalismo, o compromisso com o rentismo e o as imperdoáveis atrocidades do velho desenvolvimentismo, a complacência com a inflação, o populismo fiscal e o nacionalismo anacrônico.

## **CONCLUSÃO**

O pensamento social hegemônico na América Latina, ainda que na sua vertente mais crítica, permanece impregnado de um etnocentrismo europeu. A visão de modernidade, de progresso, de desenvolvimento, ainda tem como ponto estruturante a cultura, a ecologia, bem como a epistemologia formuladas a partir da realidade colonial europeia.

De acordo com o exposto até aqui, se faz necessário observar que historicamente, a esquerda ou centro-esquerda latino-americana, se mostra arredia as correntes ambientalistas que se fundam mediante a uma crítica do paradigma produtivista. Esses setores tem tendido a realizar uma leitura da história que privilegia um olhar sobre a expansão das forças produtivas ancorada em uma perspectiva, muitas vezes, colonial e além, uma concepção impregnada de uma ideia de progresso e de modernidade afinadas ao processo expansionista do capital. Dessa maneira, uma visão da modernidade predominante nos governos progressistas do continente, tem trazido à tona diversos conflitos a respeito do rumo econômico a ser adotado, bem como o uso responsável do meio ambiente.

Esta visão, a respeito da modernidade e do progresso, influência claramente as táticas e estratégias adotadas pela esquerda latino-americana, o que fica evidente na postura adotada pela grande maioria dos governos progressistas das últimas décadas.

Também é possível afirmar, que o “progressismo” está, de acordo com o pensamento hegemônico, ligado a compreensão histórica do iluminismo como

propulsor da era moderna. Assim, pensando acerca da “variedade” de significados acerca do “Progressismo” na contemporaneidade, o argentino Pablo José Semadeni questiona:

Eles falam conosco sobre "Progressismo", giram em torno dessa palavra, separam-na, separam-na e não oferecem elementos para a compreensão. Esse conceito, então, agora parece uma concha vazia, outra manobra desajeitada para encantar os cidadãos, enfim, um curinga espúrio. Mas de onde veio esse conceito aparentemente esquivo, que parece ter se tornado um Deus salvador para o nosso tempo? (SEMADENI, 2020, p.1)

Avançando em seu questionamento, Semadeni busca ligar “progressismo” a um termo maior, “progresso”, e nesse sentido também recupera a origem iluminista do termo, ligado às reformas que deveriam ser empreendidas nas sociedades, para superar seu "obscurantismo" e "idiotismo". O progresso, portanto, estaria associado ao avanço da ciência e à emancipação do homem, abrangendo um sentido evolutivo, uma vez que o avanço geral do “espírito e da técnica humana eram vistos com um otimismo franco em todos os cantos da terra”, o termo tem assim, origem numa visão “moderna e ocidental” de mundo.

Por mais contraditório que possa parecer, para Semadeni, o termo “progresso” foi historicamente exprimido de maneira conservadora, pois se dava “de cima para baixo”, muitas vezes, contestado por atores políticos vinculado às bases populares. Na América Latina, diz o escritor, “Progresso” foi associado cedo à ordem e às hierarquias, produto de uma complexa herança colonial. O progresso em nossa região, portanto, esteve ligado à construção do Estado-Nação e à implantação do capitalismo periférico.

Já no século XX, amadurecido, o “Progresso” esteve associado, na América Latina, a tendências de desenvolvimento (que enfatizavam a industrialização, a educação e o desenvolvimento social), historicamente um conceito impulsionado pelas “elites de um sinal mais ou menos sensível ou retrógrado” (SEMADENI, 2020). Embora setores da esquerda tenham se apossado do termo para identificar melhorias sociais, que nos faz confundir o “mito do progresso”. Atualmente,

notamos frequentemente o uso do termo "Progressismo", usado para apresentar a trajetória de algumas forças políticas e sociais e seus respectivos programas. Na

verdade, é como se ninguém se atrevesse a falar do antigo progresso, então você deve procurar refúgio nesse tipo de diminuto, pois a suspeita de ruína e decadência é muito pronunciada (SEMADENI, 2020, p.1).

Para o escritor argentino, ao trabalhar no que ele chama de “pseudo-conceito” de "Progressismo", deve-se, portanto, procurar a linhagem histórica do conceito como oportunidade para enfrentar o futuro. É preciso questionar o sentido do progresso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARCANHOLO, M. Neoconservadorismo com Roupagem Alternativa: A Nova CEPAL Dentro do Consenso de Washington. Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rodrigo Castelo (org.). Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

CASTELO, R. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rodrigo Castelo (org.). Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

DUSSEL, E. O Encobrimento do Outro: A Origem do Mito da Modernidade. Editora Vozes: São Paulo, 1993.

DUSSEL, E. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO. Buenos Aires, 2005.

GUDYNAS, E. La Ecología Política del Progresismo Sudamericano: los límites del progreso y la renovación verde de la izquierda. Sin Permiso, nº 8. Barcelona, Espanha, 2010.

LANDER, E. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocêntrico. A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO. Buenos Aires, 2000.

LANG, M. Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extratativismo e alternativas

ao desenvolvimento. Autonomia Literária, São Paulo, 2016

MARINI, R.M. A Crise do Desenvolvimentismo. Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rodrigo Castelo

(org.). Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

MIGNOLO, W.D. Colonialidade: O Lado Mais Escuro da Modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v32, nº94. São Paulo, 2017.

MOTA, A. E. Crise, Desenvolvimentismo e Tendências das Políticas Sociais no Brasil e na América Latina. Revista Configurações [Online], 2014. Consultado: 30 Setembro 2016. URL: <http://configuracoes.revues.org/1324>

ORTIZ, F.G. Desafios Contemporâneos Para o Serviço Social. Libertas (Juiz de Fora), v. 2, 2007.

SAMPAIO Jr. P.A. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Revista Serviço Social e Sociedade., São Paulo, n. 112, out./dez. 2012.

SEMADENI, P. J. Que és el progressismo?. Revista Herramienta [Online]. Consultado em 01 de Dezembro de 2020. URL: <https://herramienta.com.ar/articulo.php?id=1538>

SVAMPA, M. Modelos de Desarrollo y Cuestión Ambiental em América Latina: categorías y escenarios em disputa, in: WANDERLEY, Fernando (org). El Desarrollo em Cuestión: reflexiones desde América Latina. La Paz/Bolívia: CIDES/UMSA, 2011.

SVAMPA, M. «Consenso de los Commodities» y lenguajes de valoración em América Latina. Nueva Sociedad nº 244. Argentina, 2013.

ZIBECHI, R; MACHADO, D. Os limites do progressismo – Sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo. Consequência: Rio de Janeiro, 2017.